

Direitos humanos e contextualização jornalística em reportagens multimídia premiadas¹

Alexandre Zarate MACIEL²

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz (MA)

RESUMO

A pesquisa “Jornalismo de fôlego no Brasil: mapeamento, práticas e prêmios”, coordenada pelo autor deste artigo, investigou as características e os bastidores de elaboração de grandes reportagens brasileiras que receberam prêmios nacionais no campo dos direitos humanos entre os anos de 2018 e 2022. Foi possível mapear 80 matérias de jornal, revista, televisão, rádio/podcasts, especiais multimídia e 13 livros-reportagem. Neste artigo a proposta é trazer um recorte dos resultados da análise quantitativa e qualitativa de cinco das 15 reportagens multimídia premiadas que foram objeto da pesquisa. Um olhar panorâmico aponta um manancial de reportagens marcadas pela contextualização e aprofundamento de abordagem de temas ligados à violação dos direitos humanos, produzidas com tempo mais dilatado e abertas à humanização.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Direitos Humanos; Reportagens premiadas; Contextualização.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das reportagens de fôlego, ou grandes reportagens, justifica-se sobretudo, nesta era em que a expansão das tecnologias digitais de comunicação, como as redes sociais, ampliou também efeitos colaterais, como o vasto poder de disseminação das notícias falsas e ameaças à democracia. Patrimônio simbólico do jornalismo, as matérias aprofundadas são produzidas com mais tempo e sem o afã de cobrir um acontecimento que acabou de ocorrer. A intenção costuma ser, como constatam os exemplos da pesquisa, a de debater com profundidade grandes questões contemporâneas, observando-as por ângulos variados e orquestrando vozes plurais das fontes.

O objetivo geral da pesquisa “Jornalismo de fôlego no Brasil: mapeamento, práticas e prêmios” e do recorte de análise trazido neste artigo é o de compreender como os especiais de jornalismo multimídia premiados explicam de maneira didática assuntos

¹ Trabalho apresentado no GP Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz, e-mail: alexandre.maciell@ufma.br.

complexos ligados aos direitos humanos. A intenção foi avaliar como essas produções utilizam os recursos de texto, áudio, vídeo e infografia para esmiuçar temas amplos, com vários desdobramentos e angulações, tomando como ponto de partida a postura ética e de respeito ao ser humano de toda equipe envolvida nas reportagens.

Interessou, ainda, entender como os repórteres e produtores articularam o jogo de fontes comuns, oficiais e especialistas para gerar um sentido de contextualização, essencial para compreender os temas ligados aos direitos humanos. No quadro abaixo, estão relacionadas as reportagens, os veículos e as datas em que foram originalmente publicadas, além do prêmio que receberam e o link de acesso, compreendendo um *corpus* que leva em conta um arco de cinco anos de produção jornalística no Brasil.

Reportagem	Mídia	Data de publicação	Prêmio(s)	Link original
“Uma Por Uma”	Jornal do Comércio (Recife/PE)	Janeiro a dezembro de 2018	40º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos	http://produtos.ne10.uol.com.br/umaporuma/index.php
“Meninos soldados: as crianças a serviço do tráfico de drogas”	Metrópoles	29 de setembro de 2019	1º Prêmio Justiça do Trabalho de Jornalismo (Tribunal Superior do Trabalho).	https://www.metropoles.com/materias-especiais/crime-ou-exploracao-criancas-e-adolescentes-trabalham-como-soldados-para-o-trafico-de-drogas
“Ameaças, milícias e morte: a nova cara do Velho Chico”	Repórter Brasil	22 de maio de 2020	9º Prêmio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) de Direitos Humanos e 42º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog	https://reporterbrasil.org.br/velhochico/
“Inocentes presos”	UOL e Folha de S.Paulo	25/05/2021	10º Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos	https://temas.folha.uol.com.br/inocentes/erros-de-reconhecimento/falhas-em-reconhecimento-alimentam-maquina-de-prisoas-injustas-de-negros-e-pobres-no-brasil.shtml
“Quantos pretos você perdeu?”	The Intercept Brasil	2/06/2022	11º Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos	https://theintercept.com/2022/06/02/quantos-pretos-voce-perdeu/

Para entender as características que compõem uma reportagem de fôlego, foi adotada a Análise Temática (BRAUN & CLARKE, 2006), técnica qualitativa aplicável com uma variedade de abordagens teóricas e epistemológicas. Braun e Clarke (2006, p. 3) a definem como “uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo, dos dados”.

Com o auxílio da Análise Temática qualitativa de viés construtivista, já que atrelada aos conceitos da Teoria do Jornalismo (TRAQUINA, WOLF), o objetivo deste artigo foi a de verificar, nas reportagens premiadas que compõem o *corpus*: 1- Principais temas trabalhados e como foram esmiuçados. 2- Categorização dos entrevistados e espaço a eles concedido. 3- Tipos de fontes documentais consultadas e suas formas de apresentação. 4- Estratégias utilizadas nas reportagens para explicar didaticamente assuntos complexos. 5- Estilo dos textos, imagens, títulos e suas formas de aprofundar os temas para os leitores. 6- Elementos gráfico-visuais e audiovisuais didáticos que contribuem para a contextualização das informações.

2. UM JORNALISMO QUE “FALA POR”: REFLEXÕES TEÓRICAS

Tratando da reportagem, Sodré (2009, p. 171) compara a notícia a um “retrato três por quatro” de um fato, o instantâneo de um acontecimento em processo. “Movimentando-se o retrato, à maneira de um pequeno filme, chega-se de forma mais característica a um fluxo narrativo que se pode chamar de reportagem”. Justamente aqueles relatos que lançam mão de estilos de retórica e construções linguísticas muitas vezes próximas da literatura, com o propósito de levar o leitor novamente à cena de um acontecimento, despertando a sua atenção “por meio do apelo ao conjunto de sentidos perceptivos”.

Outra hipótese aventada por Sodré (2009, p. 67) encaixa-se em alguns tipos de reportagens de fôlego que foram analisadas nesta pesquisa: um jornalismo “capaz de se densificar reflexivamente como forma de conhecimento”, fazendo com que o “acontecimento se revele como uma apreensão coletiva da factualidade, com grandes possibilidades de aprofundamento do empenho de conhecer o mundo presente”. Para Sodré (2009, p. 70), o exercício jornalístico de uma “tradução intercultural da experiência humana”, que remonta às lições dos antigos relatos de viagem, pode ser mobilizado com mais sucesso como um recurso estilístico “sempre que a produção do texto jornalístico

abdica da urgência da publicação ou da utilidade imediata do conhecimento do fato em favor da elaboração mais lenta e reflexiva do relato”. E, mais, quando o repórter pode abdicar da “noção quantitativista de informação pública (quanto mais dados e detalhes, maior o conhecimento) em favor daquela dimensão sensível, que possibilita ao leitor uma compreensão do acontecimento mais perceptiva do que intelectual”.

No campo do jornalismo praticado na internet, ou especiais multimídia, de acordo com Longhi e Winkes (2015), o chamado *longform* está relacionado a textos mais aprofundados e contextualizados. Conforme propõe Baccin (2017), o modelo de produção em *longform* revolucionou a estrutura da narrativa, pois incrementou o seu aspecto, agregando várias modalidades comunicativas para se contar uma história. Rodrigues (2018) destaca que o formato *longform* transporta características específicas do jornalismo tradicional (jornais e revistas impressas) para ambiente online, como: “a) Período longo de apuração e produção da reportagem; b) Narrativa longa e, conseqüentemente, tempo de leitura estendido; c) Escolhas narrativas, desde a contextualização do tema, aprofundamento, imersão e humanização”.

Ao tratar sobre o fazer jornalístico, Medina (2007, p. 93) argumenta que “para que o cotidiano se presentifique, é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia, superar a superficialidade das situações sociais e o predomínio dos protagonistas oficiais”. Por isso, para Ijuim (2017) pelo menos três situações o levam a acreditar na necessidade de humanizar o jornalismo: a) Quando caricaturiza o ser humano; b) Quando ignora a complexidade do fenômeno; c) Quando não reconhece o Outro. Assim, necessita-se colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa, para ampliar o olhar, contextualizar e estimular reflexões.

Pode-se trazer ainda, para esta discussão, outras características humanizadoras, que fazem parte das premissas de um jornalismo ético. Segundo Ijuim (2012), a humanização acontece quando o repórter, em sua relação com a sociedade, “[...] em sua relação com o mundo, esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. (...) Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de julgamentos, de preconceitos e estereótipos” (IJUIM, 2012, p. 133-134).

É possível, portanto, pensar então, na prática jornalística, como além de mero reprodutor de acontecimentos sociais e um simples fazer técnico. Para o autor, um dos desafios do comunicador que busca estas narrativas está também no sentido estético. Ele

argumenta que o profissional “transcende as técnicas para alcançar a criatividade, para levar às narrativas, signos contextualizados e regenerados e dar vazão à visão solidária e à intuição – pela empatia, sentimento de intimidade” (IJUIM, 2013, p. 44). É nesse sentido que se abre a possibilidade de obter relatos mais criativos e contextualizados, bem como também a maior capacidade de observação/percepção.

Na visão de Moraes (2019), é essencial que os jornalistas entendam a diferença entre “falar de” e “falar por”. Só assim é possível quebrar estereótipos e discursos que mantêm as coisas que devem ser questionadas “como elas são”. Além disso, na reportagem intersubjetiva cria-se condições para trazer novas imagens de grupos que são marginalizados e desrespeitados nos discursos, ao passo que isso possibilita o diálogo intersubjetivo com esses cidadãos.

A subjetividade jornalística para Moraes (2019), é um ganho inclusive para notícias do dia a dia, pois foge da lógica usual do jornalismo, pautado nos 1) Valores-notícia; 2) Na verdade única; 3) Em fenômenos sociais não questionados; 4) No jornalista como “voz” e não como canal de outras vozes. Assim, o jornalismo subjetivo, como classifica a pesquisadora, se distancia da prática de exotificação de pessoas ou grupos e da busca pelo extraordinário.

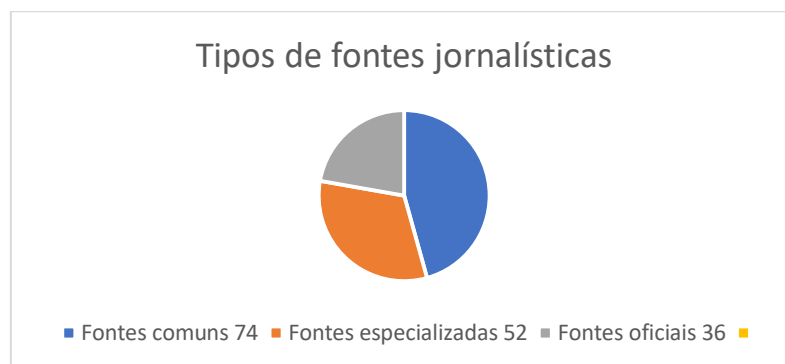
Em um movimento contrário, como pondera Moraes, o exercício de se colocar no texto e na experiência de um encontro com o Outro como um agente ativo na mudança da realidade, permite transportar o leitor ao local que o repórter fala. “Quem está filtrando aquela vida para leitores e leitoras não está apagado, ao contrário: está lá” (MORAES, 2019, p. 429). Por isso, a ação de desconstruir representações errôneas que o jornalismo costuma realizar acerca de minorias, se transforma também em um compromisso ativo de mudar essas estruturas permeadas de preconceitos e acrícia dessas práticas preconceituosas. Como conclui Moraes (2019, p. 430), “há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos à sua volta em nome de uma isenção”. (MORAES, 2019, p. 430)

Bastos e Costa (2018, p. 291), por sua vez, frisam que esta narrativa “não tem a pretensão de ser isenta, muito pelo contrário. Tanto nas ruas, quanto em seus canais de comunicação, os veículos se apresentam como ‘meios de comunicação em favor dos interesses do povo’”. Moraes (2021) também acredita que esse jornalismo subjetivo não precisa ser revelado apenas no ambiente digital alternativo ou independente. Foi justamente o que a pesquisa “Jornalismo de Fôlego Premiado” constatou, com vários

exemplos de materiais de mídias tradicionais compromissados com a denúncia efetiva de mazelas que atingem os seres humanos.

3. ANÁLISE: DIREITOS HUMANOS E UM JORNALISMO CONTEXTUALIZADOR

Antes de iniciar a análise dos aspectos de contextualização jornalística dos temas ligados aos direitos humanos presentes nas reportagens que compõem o *corpus* deste artigo, é importante apontar características que assemelham as cinco reportagens premiadas, representantes dos cinco últimos anos de produção no gênero. Nesse sentido, o primeiro aspecto a destacar é o equilíbrio de fontes comuns, especializadas e oficiais, bem como o número necessário de entrevistados para se produzir uma matéria de fôlego, com pretensão didática, sensibilizadora e humanizada. No quadro abaixo é possível conferir o somatório geral nesse sentido com relação às reportagens em análise:



Entendendo-se aqui o conceito de fonte comum como aquelas pessoas entrevistadas que, em geral, sofrem as ações de desrespeito aos direitos humanos, tão frisadas nas cinco reportagens, fica patente a escolha preferencial dos e das repórteres por esses relatos. Como ficará mais claro na análise, esses homens e mulheres se expressam com a sua linguagem, ao longo das aspas selecionadas pelos jornalistas. Ou mesmo, com mais força, nos depoimentos orais e marcados pelos sotaques específicos, registrados em pequenos vídeos que estão presentes em todas as matérias.

Já as fontes especializadas, em geral professores universitários, representantes de entidades ligadas aos direitos humanos, psicólogos, advogados, entre outras áreas, têm as suas vozes articuladas nas reportagens com a função estratégica de iluminar questões complexas, meandros legais, detalhamentos técnicos e apontar soluções para as problemáticas. Por fim, as fontes oficiais, tão comuns no noticiário *hard news*, diário,

aqui surgem tanto em menor número quanto com menos espaço textual, pois a construção social da realidade nas reportagens em análise costuma reservar a esses personagens, em geral representantes do poder público, o papel de apresentar respostas a denúncias incômodas. Convém frisar que, nas cinco reportagens, o pensamento, o relato, a dor dos testemunhos está focado sempre nas pessoas comuns, suas personagens principais.

Em termos de recursos audiovisuais, que são muito importantes para reforçar os efeitos didáticos e contextualizadores das abordagens jornalísticas no campo dos direitos humanos, destaca-se a presença dos minidocumentários, tendência consolidada nos cinco últimos anos de produção do gênero. As personagens, em geral, são apresentadas nos seus ambientes, com respeito ao seu jeito peculiar de se expressar. As imagens reforçam as denúncias, utilizando, muitas vezes, de recursos gráficos para detalhar e tornar mais compreensíveis certas abordagens. Nesse sentido, os gráficos e infográficos, alguns com animação, auxiliam na apresentação mais detalhada dos dados quantitativos, já que todas as reportagens lançam mão de farto material documental para comprovar suas abordagens no campo dos direitos humanos.

A reportagem “#Uma por uma”, publicada em formato multimídia e também em edições impressas do *Jornal do Comércio*, de Recife (PE), é o exemplo mais consistente entre todas presentes nesse *corpus*, de como o jornalismo de fôlego pode contribuir para ampliar o debate no campo dos direitos humanos. Fruto de um esforço coletivo de reportagem, envolvendo 31 mulheres jornalistas, durante o período de janeiro a dezembro de 2018, resultou em uma abordagem contextualizadora, impactante e didática a respeito do feminicídio em Pernambuco. O empenho resultou no prêmio de melhor especial de internet na 40ª edição do prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

O gráfico animado em destaque logo na abertura já realça a importância do tema, já que, só em 2018, 241 mulheres foram assassinadas em Pernambuco, sendo 84 delas vítimas de feminicídio. O resultado é um somatório dos indiciamentos feitos pela Polícia Civil (após a conclusão do inquérito), agregado às denúncias oferecidas à Justiça pelo Ministério Público de Pernambuco. Em termos estruturais, o debate a respeito do assunto central se dá por meio de 45 matérias jornalísticas, sete vídeos e cinco entrevistas pingue-pongue, inclusive com Maria da Penha, cuja história inspirou a lei federal homônima de 2006. Ao todo, 32 fontes comuns ajudam a lembrar detalhes minuciosos dos crimes. Outras 42 especializadas, que abrangem professores universitários, militantes, psicólogos e psicanalistas, entre representantes de outras áreas, oferecem luzes interpretativas aos

vários meandros da questão. Enquanto 28 entrevistados ocupantes de cargos oficiais, como delegados, promotores e juízes, esmiuçam os trâmites tortuosos da lei, muitas vezes morosa e injusta.

Já na sua abertura, o tom de denúncia se estabelece quando o texto afirma: “Existe uma história para contar por trás de cada assassinato de mulher em Pernambuco. Uma por uma, vamos contar todas. Mapear onde as mataram, as motivações do crime, acompanhar a investigação e cobrar punição dos culpados”. O especial multimídia se apresenta, antes de tudo, como um “banco de dados virtual, com os perfis das vítimas e dos agressores, além dos trágicos relatos que extrapolam a fotografia da cena do crime”.

Em outra reportagem que integra “#Uma por uma”, intitulada “A história de todas nós”, mais uma vez a “voz” coletiva subjetiva das mulheres jornalistas da equipe reflete: “A sensação de frustração e impotência é real. Nos acompanhou o ano inteiro. Por saber que mesmo a mulher denunciando – passo fundamental para interromper o ciclo da violência doméstica – ela pode morrer. E morre”. Mas o trabalho jornalístico é ressaltado como essencial, logo adiante, em seu sentido simbólico de sororidade e sensibilização: “O #UmaPorUma é a prova de que nada é impossível quando nós, mulheres, decidimos não naturalizar a barbárie, o machismo, a misoginia. Não silenciar é uma forma de continuarmos vivas”.

O leitor ou leitora pode travar contato com as histórias de assassinatos, muitas com requintes de crueldade, a partir de três caminhos propostos pela estrutura da reportagem. O primeiro deles é clicar em ícones de um mapa de Pernambuco e ter acesso a páginas específicas sobre cada uma das mulheres vítimas. Nessas “fichas” pessoais, é possível encontrar, já no cabeçalho, em tópicos, informações básicas como idade da vítima, causa da morte, e qual era o seu ofício, além de dados a respeito do suspeito. Os quadros são complementados por um gráfico indicando por quais etapas já passou e quantas ainda estão em andamento no processo. Por fim, em um texto de, em média, 2 mil caracteres, uma apresentação resumida das circunstâncias do crime e do perfil da vítima e do agressor, bem como do andamento do processo.

Potencializando o efeito didático de acesso a esse banco de dados, também é possível travar contato com as histórias em outra etapa da rolagem, quando cada quadrinho com a foto ou imagem das vítimas, agora com divisões por mês, também leva aos perfis específicos das vítimas. Por outro lado, os sete vídeos, sendo um com os bastidores da produção da reportagem, cinco com histórias de crimes específicos e um

relatando ações relativas à lei Maria da Penha nas escolas, trazem depoimentos de parentes e amigos, com o impacto dos depoimentos verbais. As histórias são lembradas, ainda, em desenhos presentes ao longo de todo o *longform*, que reconstituem as cenas dos crimes, opção estética para amainar a crueza das fotos originais.

As reportagens trazem temas cruciais, como as histórias de retomada de vida das sobreviventes, a relação direta da arma dentro de casa com o feminicídio, a invisibilidade da violência envolvendo as mulheres trans, ou ações que podem ser sementes para mudanças. Nesses textos, as repórteres frisam os detalhes de vários casos de feminicídio e articulam as vozes de especialistas e fontes oficiais em um esforço constante para aprofundar os inúmeros aspectos contextuais e legais e impactos psicológicos e sociais que envolvem o assassinato de mulheres. Destaque, ainda, para os gráficos que estão espalhados ao longo de todo especial, com números detalhados sobre os índices da morosidade dos julgamentos, ou as características que assemelham as vítimas.

“Meninos soldados: as crianças a serviço do tráfico de drogas”, publicada em 2019, no portal Metrôpoles, venceu o 1º Prêmio Justiça do Trabalho de Jornalismo (Tribunal Superior do Trabalho). Comparada com “#Uma por uma” ou “Inocentes presos”, apresenta uma estrutura muito mais simples de reportagem, com apenas três fontes comuns e o mesmo número de entrevistados tratando de questões especializadas. Na forma fluida da rolagem de texto, é composta por um texto de apresentação, que anuncia vozes de personagens difíceis de entrevistar, no caso, as fontes, hoje adultas, que se viram envolvidas com o tráfico de drogas nas suas infâncias.

Na sequência, a reportagem apresenta dados sobre situações que são consideradas as piores formas de trabalho infantil e as três histórias de vida, com nomes identificados, dos personagens centrais. Outros tópicos abordam a realidade específica e mais destacada no Rio de Janeiro, o cotidiano e o trabalho dos traficantes, bem como o organograma do tráfico, fechando com um estudo do Observatório das Favelas, que propõe soluções para a questão do aliciamento de crianças por parte do tráfico de drogas.

Mesmo mais simples, a reportagem utiliza artifícios de narrativa jornalística que ajudam a humanizar os relatos. Por exemplo, quando o repórter opta por editar a fala real das pessoas comuns, aproximando mais o leitor da força do testemunho, o que ocorre em dois dos três depoimentos. O efeito é de maior proximidade com a fala da fonte, já que o seu jeito de se expressar é encaixado de forma direta, como na expressão oral.

Em termos visuais, as fontes que concederam os seus depoimentos posam para a câmera e há um trabalho gráfico de recorte das imagens, alternadas com desenhos, como os de uma criança fazendo um chamado como quem grita por alguém. Nas fotos, perfis dos rostos tristes em seus ambientes e detalhes de suas expressões vão saltando aos olhos do leitor à medida que ele trava contato com os relatos contundentes e diretos, frutos de uma aproximação delicada da repórter com os seus personagens. Já os dados numéricos aparecem em forma de gráficos ao longo da rolagem do texto, em conjunção com tópicos-resumo de recomendações ou conclusões a partir de relatórios da área.

Também de forma equilibrada, lança-se mão das fontes documentais para embasamento contextual, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e sua Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista Tip). A reportagem detalha, por exemplo, os motivos do enquadramento de certas funções nessa categoria, em um esforço contextualizador que complementa os depoimentos orais. Conclui-se, nesse sentido, que para abordar de forma eficiente uma temática ligada aos direitos humanos, nem sempre é preciso apresentar um texto longo, subdividido em inúmeros tópicos, resultado de reportagens que por vezes levam meses para serem elaboradas.

No entanto, quando a equipe de reportagem se esforça para se deslocar para locais de difícil acesso, onde muitas vezes as pessoas comuns são vítimas de violências silenciosas, surgem exemplos muito representativos, como “Ameaças, milícias e morte: a nova cara do Velho Chico”. O especial multimídia é uma produção do Repórter Brasil, publicado em 2020 e vencedor do 9º Prêmio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) de Direitos Humanos e do 42º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog.

Dividida em uma introdução curta e mais quatro tópicos de reportagens, o *longform* é apresentado ao leitor como resultado de uma visita a “12 comunidades tradicionais de pescadores, vazanteiros e quilombolas, além de grupos que lutam pela reforma agrária na região”, em meio à “violência do agronegócio que voltou a assolar camponeses que vivem às margens do rio São Francisco”. A imagem em movimento de uma senhora, de pé em sua canoa, entoando um cântico, convida o leitor e a leitora a mergulhar nesse universo.

O trabalho da equipe de audiovisual reforça o tom de denúncia nos quatro vídeos, cada qual registrado em uma comunidade e com personagens e conflitos diferentes. Imagens de drones mostram as regiões, mas também acentuam os efeitos simbólicos,

como uma cabana simples vista por aproximação, ou a cruz do trabalhador assassinado que é circulada pela câmera. A edição ágil fortalece o efeito de contrastes das visões, explicitados pelos ricos depoimentos das pessoas comuns, vítimas de desapropriações ilegais e a arrogância no tom dos fazendeiros e mesmo fontes oficiais, que justificam suas ações em nome de “um novo momento” que estaria se consolidando na gestão do então presidente Jair Bolsonaro. Os vídeos se conectam à narrativa textual, expondo as paisagens e seres humanos impactados pelos desmandos dos fazendeiros.

Nos textos das reportagens, o contraste de versões é a marca. Enquanto os fazendeiros e líderes de grupo de direita tentam justificar as desapropriações, o destaque fica por conta dos depoimentos contundentes dos habitantes das regiões afetadas ao longo do rio São Francisco. As fontes comuns são os principais entrevistados e estão no centro da construção jornalístico-narrativa, com 20 depoimentos. Há apenas uma fonte especializada e duas oficiais, em geral a favor dos desmandos.

Cada um dos cinco leads das quatro partes em que a reportagem está dividida abre com um estilo narrativo mais solto, como na parte 3, “O drama dos pescadores”: “Todas as manhãs, o pescador Edmar Gomes acorda e caminha pelas ruas de Buritizeiro, cidade com 27 mil habitantes no norte de Minas, até alcançar o rio São Francisco. ‘Venho olhar a água’. São saudades do tempo em que vivia, com demais pescadores, nas margens do rio, na comunidade Canabrava”. Ali, 30 famílias foram expulsas da região em 2017 e tiveram, inclusive, casas e plantações destruídas.

A contextualização dos fatos, em tom de denúncia, apontando prováveis culpados e contrapondo vozes opostas, se dá a partir do mergulho dos repórteres e o contato direto com os moradores da região, sentindo as realidades de perto. Esse gesto jornalístico permitiu colher depoimentos, embora fragmentados, como nos documentários que acompanham o especial, bastante reveladores. A reportagem se destaca no *corpus* justamente por resgatar o espírito jornalístico da busca de alteridades, de diálogo com outras realidades distantes dos grandes centros, que marca as origens do gênero no Brasil.

“Inocentes presos”, trabalho conjunto da Folha de S. Paulo e do UOL, publicado em 2021 como especial multimídia e vencedor do 10º Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, pode ser destacado nesse artigo como um exemplo da importância da análise rigorosa de documentos no campo da reportagem sobre direitos humanos. A equipe de repórteres se debruçou sobre cem casos de inocentes encarcerados, constatando que “71% dos reconhecimentos errados incriminaram negros” e chega a apontar incongruências

inaceitáveis em processos judiciais errôneos, reforçando os procedimentos do jornalismo investigativo cuidadoso.

Destaque para o efeito contextualizador e didático presente em cinco vídeos. Eles trazem sempre uma história central, com o depoimento da vítima do erro prisional. A fonte especialista confere o tom de análise, sendo complementada por animações que mostram os cenários das prisões, reconstituições das abordagens policiais e dos julgamentos, localizações de GPS, ou fotos com recurso de animação. Trechos de documentos destacados apontam os erros em processos e decisões judiciais. Ao longo dos minidocumentários e cinco partes de reportagem em forma de texto, são apresentadas as falas de 15 fontes comuns, em geral as vítimas dos erros judiciais, seis especialistas, a maioria do campo do Direito, além de seis oficiais. As galerias de fotos trazem os personagens posando em seus ambientes de liberdade, o que reforça o sentido simbólico da denúncia do texto jornalístico.

Na segunda parte da reportagem, o grande resultado da análise exaustiva, que durou mais de um ano de apuração, dos cem processos “colhidos aleatoriamente, por meio de pesquisas junto a advogados, Defensoria Pública, ONGs que atuam na área judicial e notícias publicadas na imprensa”. Assim como em “#Uma por uma”, as histórias de erros judiciais são apresentadas em forma de pequenos blocos de texto, com as prisões separadas em 10 anos ou mais, cinco a nove anos, um a quatro anos, sete a 11 meses, um a seis meses e menos de um mês. Reportagens produzidas com esse esforço contextual se tornam documentos preciosos para análise, inclusive, de estudantes de Direito.

“Quantos pretos você perdeu?”, publicada pelo The Intercept Brasil em 2022 e vencedora do 11º Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, aparece neste artigo como exemplo do poder da visão subjetiva da repórter Martihene Oliveira, em prol de um jornalismo que convoca uma pauta geral de reflexão no campo dos direitos humanos, como teoriza Fabiana Moraes.

Ao todo são apresentados quatro depoimentos de pessoas comuns, todos complementados por vídeos. Um deles, inclusive, é dedicado à autorreflexão da jornalista autora, do Coletivo Sargento Perifa, que atua na comunidade do bairro da Linha do Tiro, em Recife. Conforme explica o texto inicial, “sua proposta partiu de sua própria trajetória: depois de ter um vizinho assassinado, Oliveira começou a se perguntar quantos pretos havia perdido na vida. Chegou ao número de 27. Então, resolveu repetir a pergunta a outras pessoas da comunidade”.

Essa é a única reportagem entre as cinco analisadas neste artigo, na qual a repórter se coloca, por vezes, em primeira pessoa, para explicitar reflexões sobre a sua relação com a realidade dos entrevistados. “Gabriel e eu somos apenas dois pretos que já perderam muita gente que conhecem e desconhecem em sua comunidade. Parar para contar quantos pretos eu já havia perdido na vida, dentro desses 30 anos de idade, me fez ter revolta de alma”, desnuda-se em determinado trecho. Em vídeos, as histórias ganham mais dramaticidade, com detalhes dos gestos das pessoas e suas oralidades próprias, marcadas pelos sotaques locais, sinceros e contundentes.

A objetividade se amalgama nos textos com os dados numéricos, alguns deles apresentados em forma gráfica, que a jornalista vem equilibrando em meio ao relato das histórias que compartilha. Quando uma das fontes menciona, por exemplo, a morte por Covid de um parente, a repórter lembra os dados sobre a doença e frisa sua letalidade maior entre os negros. Todas as fontes, representadas em capítulos específicos, têm em comum o fato de terem perdido pessoas negras do seu entorno com diversos graus de parentesco ou relacionamento.

Os efeitos de contextualização são acentuados pelo exercício intersubjetivo de construção jornalística. A repórter compartilha as suas buscas, localiza e justifica os ambientes de desigualdade extrema que escolhe para visitar. Consegue, assim, por um exercício de diálogo possível, como quer Cremilda Medina, ou de humanização jornalística, no modelo proposto por Jorge Ijuim, comungar a sinceridade dos depoimentos de quem aceitou refletir em conjunto com ela, agente social.

A análise das cinco reportagens multimídia engendrada neste artigo demonstra como o jornalismo exercitado com mais paciência, em equipe, sem preocupação excessiva com os cliques e a audiência, mas, sim, voltado para as questões gerais que afligem o ser humano e sempre pautado na conduta ética dos repórteres, pode apresentar elementos de conscientização democrática. Dar mais espaço aos depoimentos e realidades das pessoas comuns, que vivem realidades muitas vezes invisíveis e opressivas, lançando mão de vários recursos como vídeos, textos, áudios e gráficos, com efeito didático e contextualizador, reforça o poder da reportagem como marco simbólico do jornalismo, legítima instituição social.

4. CONCLUSÃO

O conceito de jornalismo como marco de referência para a sociedade vem sendo transformado diante dos avanços tecnológicos. A multiplicação das redes sociais diversificou o jogo de vozes que entram em campo na definição da construção social da realidade e também tornou crônicos efeitos colaterais como as *fake news*. Portanto, tomar por base para o estudo acadêmico a reportagem de fôlego com preocupações sociais, significou a chance de confirmar a hipótese segundo a qual essas formas mais aprofundadas de abordagem voltadas para temáticas dos direitos humanos reforçam o valor ético e social do jornalismo.

A principal constatação a partir da análise das reportagens premiadas no campo dos direitos humanos entre 2018 e 2022 é que as questões por vezes complexas e polêmicas que envolvem essa área podem, sob a luz da grande reportagem, tornarem-se mais acessíveis para um público amplo e diversificado. Verificou-se que temas como feminicídio, crianças no tráfico de drogas, milícias, injustiça prisional e racismo, entre outros, foram detalhados com mais paciência e tom didático. Há um privilégio às fontes comuns, que sofrem as ações, bem como as especializadas em direitos humanos. As reportagens também utilizaram com habilidade recursos multimídia, como vídeos e gráficos animados, com o efeito de contextualizar as temáticas.

Mesmo para o campo da Teoria do Jornalismo, com autores mais atentos às produções em esquema de redação, diário, frenético, factual (TRAQUINA, WOLF), o olhar sobre reportagens aprofundadas e produzidas em rotinas diferenciadas, marcadas por outras lógicas de tempo de produção e espaço destacado de veiculação, contribuiu com novas luzes práticas para entender e traçar elementos para uma teoria da reportagem.

Fica patente a existência e mesmo resistência de um jornalismo que busca quebrar estereótipos, trabalho que envolve a escuta ativa e a intenção do jornalista de não reproduzir ideias estereotipadas sobre grupos e pessoas. Outra conclusão é que é possível inserir o elemento humano como ponto de partida e chegada em qualquer produção midiática, mesmo naquelas mais limitadas pela pressão do tempo urgente de apuração.

REFERÊNCIAS

BRAUN, V., & CLARKE, V. (2006). **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

IJUIIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Revista Verso e Reverso**, vol.31, n. 78, setembro-dezembro, 2017.

LONGHI, R. R.; WINQUES, K. **O lugar do longform no jornalismo online**: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. In: Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Anais eletrônicos. Brasília: Compós, 2015.

MEDINA, C. **Jornalismo e signo da relação**: a magia do cinema na roda do tempo. In: Revista Líbero. Ano X, n. 19, Jun. 2007.

MORAES, F. **Subjetividade**: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Revista Extraprensa, [S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.

RODRIGUES, F. Características que sustentam as reportagens longform na internet. **Pós em revista**. v.1 p. 142-156. dez, 2018.

SODRÉ, M., **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: Por que as notícias são como são. v. 1 e 2. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1992.